

# FUNDOS PÚBLICOS, PROJETOS TECNOLÓGICOS E VIOLÊNCIA ESTATAL: TENSÃO DE MEMÓRIAS DA DITADURA EM UMA INSTITUIÇÃO TECNOCIENTÍFICA ARGENTINA\*

Ana Spivak L'Hoste

## Introdução

A cerimônia ocorrida em março de 2006 na sede administrativa central da Comissão Nacional de Energia Atômica (daqui por diante, CNEA) para comemorar o 30º aniversário do último golpe de Estado na Argentina, ato do qual participaram funcionários e autoridades, familiares de presos, desaparecidos e membros de organismos de direitos humanos, não se limitou às apresentações dos oradores programados. Fora do que estava previsto, alguns participantes do evento se deslocaram da sala de ato ao segundo andar do edifício e retiraram o retrato do vice-almirante Carlos Castro Madero, presidente da CNEA entre 1976 e 1983, da Galeria dos Presidentes.<sup>1</sup>

Em abril de 2006, a comissão diretora da Associação Argentina de Tecnologia Nuclear (AATN) dirigiu a José Abriata, então autoridade máxima da CNEA, e difundiu por correio eletrônico, à guisa de protesto, uma nota que afirmava o seguinte:

Durante o Ato pela "Memória, Verdade e Justiça após trinta anos do Golpe Militar", organizado pela Comissão de Direitos Humanos dos Funcionários da CNEA APCNEAN (Associação de Profissionais da CNEA na Atividade Nuclear) e ATE-CNEA (Associação Trabalhadores do Estado — CNEA), realizado em 22 de março passado, no Salão de Atos Dr. Dan Beninson, da sede central da CNEA, produziu-se um lamentável episódio, quando alguns presentes, impulsionados por gente alheia à instituição, retirou o retrato do Almirante Dr. Carlos Castro Madero da galeria dedicada a homenagear os presidentes falecidos[...]

Como é de público conhecimento, o Dr. Castro Madero não foi processado nem condenado por violação dos direitos humanos e, por meio de sua destacadíssima gestão como Presidente da CNEA, seu principal objetivo foi o desenvol-

vimento da atividade nuclear em todos os seus aspectos e o engrandecimento da Instituição, feitos amplamente conhecidos dentro e fora do país.<sup>2</sup>

O incidente na cerimônia, somado ao comunicado de repúdio da AATN, condensa a tensão que me despertou maior curiosidade desde que comecei a realizar trabalho de campo etnográfico na CNEA, há pouco mais de uma década. Uma tensão que tem como protagonista as memórias acerca do ocorrido na instituição durante a última ditadura civil-militar, à frente do país entre março de 1976 e dezembro de 1983. Uma tensão que mobiliza, em particular, sentidos e valorações sobre os projetos, os indivíduos e as transformações sofridas pela CNEA nesse período.

Em termos estritos, não se trata de uma tensão de caráter nativo. Não o é uma vez que os sentidos e as valorações em torno do ocorrido durante a ditadura na instituição não são sistematicamente questionados nem comunicados como conflito por aqueles que integram a CNEA. De fato, a leitura sobre este fragmento do passado que provém de boa parte do material analisado (transcrições de entrevistas, registros de campo, documentos institucionais e acadêmicos etc.) revela certo consenso em relação ao ocorrido durante aqueles anos. Um consenso que, em particular, associa a instituição a uma continuidade, independente das rupturas políticas provocadas pela ditadura, assim como à execução de projetos estratégicos de relevância tecnológica para o país.<sup>3</sup>

Por que falar, então, em tensão de memórias sobre a ditadura nesta instituição? Porque ainda que a maior parte do material analisado não a apresente nestes termos, ela emerge do campo desdobrada em dois registros. O primeiro situa-se na ordem de meus pressupostos de análise. Pressupostos arraigados em uma tradição de reflexão tanto acadêmica quanto de senso comum (interpelada, em ambos os casos, pelos efeitos do ativismo de direitos humanos e as demandas por justiça que acompanharam a restituição democrática) que consolidou, ao longo das três últimas décadas, um caráter hegemônico que avalia negativamente tal período e que torna ao menos curiosa uma leitura dos matizes positivos dos tempos ditatoriais na CNEA.

Uma tradição de reflexão que abarca, além disso, distintas esferas sociais. Na esfera política, por exemplo, vincula a ditadura à repressão e à violência das Forças Armadas, caracterizadas como Terrorismo de Estado (Palermo & Novaro 2003), que ocasionou milhares de detenções ilegais, assassinatos e desaparecimentos forçados. Na esfera econômica, por sua vez, explicita o processo de desindustrialização, resultado das políticas econômicas do governo militar e que se associa ao crescimento do mercado financeiro e ao endividamento do Estado nacional (Schvarzer 1983).

No caso dos âmbitos de formação e produção tecnocientífica, como a instituição que nos ocupa neste trabalho, insiste na descontinuidade dos projetos e na agudização das dificuldades enfrentadas por universidades e centros de pesquisa desde a ditadura anterior,<sup>4</sup> como a intervenção militar, os funcionários demitidos, exilados e/ou desaparecidos, a exclusão de linhas de formação ou de pesquisa, a redução do orçamento etc. (Pérez Lindo 1985; Oteiza 1992; Hurtado 2009; Bekerman 2011).

As ferramentas do trabalho de campo etnográfico envolvem um segundo registro ao dos mencionados pressupostos de análise. A permanência prolongada, a observação, o contato cotidiano com interlocutores e com outros materiais (documentos institucionais, trabalhos inéditos, e-mails internos etc.) me permitiram ter acesso a outras vozes. Vozes que, ainda que coincidissem com alguns aspectos do relato mais consensual, arraigado em uma continuidade excepcional e nos êxitos tecnológicos da CNEA naquela época, questionam alguns de seus argumentos centrais.

A memória, por mais consensual ou homogênea que se apresente, não é única nem compartilhada por todo o grupo a que se refere, mas constituída a partir de versões seletivas do passado que envolvem competição, oposição e debate (Appadurai 1981). Sobre seu caráter aberto à reinterpretação das lembranças, assim como dos esquecimentos e silêncios que também a conformam (Pollak 2006), sobre sua incorporação em práticas, objetos e discursos, sobre as articulações entre o individual e o coletivo que apresenta, sobre seus meios de transmissão e seu vínculo com a história insistem, desde pelo menos a década de 1980, antropólogos, sociólogos e historiadores (Nora 1984; Connerton 1989; Tonkin 1992; Olick & Robbins 1998; Kansteiner 2002, entre outros).<sup>5</sup>

Esta insistência lançou as bases para se avançar no estudo das memórias, no plural (Jelin 2002), para avançar na análise de lembranças, esquecimentos ou silêncios sempre situados (isto é, relacionados com as coordenadas de tempo e lugar de sua produção e/ou comunicação) que remetem ao passado a partir do presente. Memórias entendidas como "processos subjetivos, ancorados em experiências e em marcas simbólicas e materiais" que são, ainda assim, "objeto de disputas, conflitos e lutas" (Jelin 2002:2). Memórias que, por sua vez, constituem uma entrada analítica para que se explorem essas experiências que as ancoram, os processos e os contextos a que se referem e as tensões que as atravessam.

Avançando na direção de se pensar a abordagem das memórias como uma entrada analítica nas experiências, marcos referenciais e tensões, este texto propõe-se a problematizar a leitura mais consensual sobre o ocorrido durante a etapa ditatorial na CNEA, a partir de sua confrontação com argu-

mentos menos difundidos. Para este fim, serão aprofundadas as interpretações e as valorações que configuram as distintas memórias deste fragmento do passado na instituição a partir de dois eixos de análise que surgem como relevantes no próprio exercício empírico: as decisões tecnológicas e o uso dos fundos públicos recebidos pela instituição, por um lado, e os efeitos da violência de Estado sobre ela, por outro.

### **Sobre o campo empírico e o material de análise**

Percorrer a sede administrativa central da CNEA, localizada no antigo e elegante edifício da avenida Libertador, significa cruzar com sua história. Com a história que se conta àqueles que habitam ou visitam seus amplos corredores e salas, através das placas comemorativas, das fotografias e dos monumentos existentes em seu interior. Nesta história, são destacados sobretudo os tempos fundacionais da instituição, seja em referência a Juan Domingo Perón, então presidente da nação no momento de criação da instituição, ou em referência a seus fundadores.

A CNEA foi criada em 1950 com o objetivo de assessorar o Estado nacional e coordenar as atividades relativas ao desenvolvimento nuclear. Seus primeiros anos são associados à formação de recursos humanos em disciplinas e técnicas ligadas à física, à metalurgia e aos reatores. Tal formação estava baseada no princípio, em voga naqueles anos, de que a produção de conhecimento autóctone incrementaria a capacidade decisória no campo em questão e, extensivamente, em outras áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como a energia e a indústria (Sabato 1970; Hurtado 2009).

Com a mudança de governo em 1955, e com renovadas autoridades na instituição, foram lançados novos projetos. Destaca-se a construção dos primeiros reatores de pesquisa,<sup>6</sup> os avanços em mineração e a criação dos centros de Pesquisa e Desenvolvimento em Bariloche, Ezeiza e Constituyentes. Em 1964, a CNEA começou a estudar a possibilidade de incorporar a tecnologia nuclear à matriz energética, o que resultou na construção de Atucha1, reator de potência em atividade desde 1974, construído por uma empresa alemã, mas com participação local,<sup>7</sup> e com urânio natural como combustível,<sup>8</sup> e em seguida, do CANDU, o reator canadense em operação desde 1984.

Durante a última ditadura civil-militar, a política ligada aos usos pacíficos do átomo foi prioridade na agenda com base em um plano que, a médio prazo, propunha a construção de quatro centrais atômicas (Alcañiz 2005).

As autoridades da CNEA estabelecidas pela junta militar, com Castro Madero como presidente durante todo o período, contaram com uma multiplicação do investimento para lançar, além disso, outros projetos — criação de empresas, compra de equipamentos, programas de pesquisa e desenvolvimento. Isto ocorria enquanto na arena internacional crescia a oposição ao desenvolvimento de atividades nucleares na Argentina, que derivava principalmente da negativa das autoridades nacionais em assinar e/ou ratificar os tratados relativos ao controle da proliferação de material nuclear.<sup>9</sup> E, conseqüentemente, às suspeitas que despertavam no exterior os avanços locais em tal matéria (Hurtado 2013), ainda que não houvesse provas da intenção de desenvolvimento de armamentos (Hymans 2001).

Esta brevíssima linha do tempo institucional, que vai das origens da instituição até a ditadura, tem como objetivo apresentar, sobretudo para um leitor distante deste campo de estudo, alguns elementos, *a priori* objetivos, que permitem demarcar as interpretações relativas a esta última etapa na CNEA, que serão colocadas em questão nas páginas seguintes. O que esta linha temporal exclui, e que será centro de atenção mais adiante, é como alguns desses elementos são objeto de interpretações alternativas que conformam, por um lado, memórias mais consensuais ou oficiais (essas memórias mais lidas ou escutadas, e às quais se tem acesso com mais facilidade) e, por outro lado, memórias de caráter mais subterrâneo (Pollak 2006) que as questionam ou relativizam. Com este último foco, abordarei materiais produzidos ao longo da investigação etnográfica que realizo desde 2002 na CNEA. Uma investigação que foi desenvolvida, e continua sendo, a partir de múltiplas visitas e permanências em distintos âmbitos da instituição (principalmente o Centro Atômico Bariloche e a sede administrativa central).<sup>10</sup>

Multiplicando lugares de observação, participação e reflexão (Marcus 1995), este trabalho etnográfico traduziu-se em um *corpus* de materiais diversos: transcrições de entrevistas em profundidade e diálogos informais, registros de situações e eventos dos quais participei, documentos históricos, acadêmicos e institucionais, informes técnicos, discussões coletivas ou privadas via correio eletrônico e textos inéditos ou publicados por interlocutores de campo ou “historiadores da casa”, como os denomina Pollak (2006). Este texto abordará, entre esses materiais, em alguns casos já previamente analisados (Spivak L’Hoste 2010), aqueles que, de maneira mais formalizada ou referentes a trajetórias e experiências pessoais e coletivas específicas, falam desse passado ditatorial. Falam desse passado, na realidade, explicitando interpretações e valorações das situações e dos processos aos quais se referem, habilitando a sua compreensão, sempre parcial, a partir deste presente no qual se recorda.<sup>11</sup>

## **Memórias da ditadura 1: o investimento público e os projetos**

Contrastando a tendência de precarização do setor industrial que caracterizou o período (Schvarzer 1983), destaca-se a persistência de nichos nos quais continua vigente o propósito da busca de autonomia nacional associada ao desenvolvimento da indústria (Hurtado 2009). Um desses nichos foi, justamente, o setor nuclear, e um dos porta-vozes desse propósito, o então presidente da CNEA. Considerando que os militares tinham um papel decisivo no avanço das áreas estratégicas orientadas para a industrialização do país — ntre elas, a produção de energia — Castro Madero aprovou, em 1979, o desenho de um plano que autorizava a construção de quatro reatores de potência, assim como de plantas industriais e processos tecnológicos voltados para completar e dominar o ciclo do combustível nuclear com participação da indústria local. Em função de tal plano, de propósitos paradoxalmente civis, e apesar do contexto ditatorial e da frágil situação da economia argentina quando a junta militar tomou o poder, multiplicou-se por quatro o orçamento da CNEA, superando 1 bilhão de dólares anuais (Hurtado 2009).

Durante a ditadura, foram feitas obras importantes, de grande envergadura, que estavam destinadas a aumentar a produção de energia e ao desenvolvimento nuclear no país. Se tenho que destacar alguma coisa, para mim, seria a construção do Embalse<sup>12</sup> e o fato de que também se começou a construir Atucha 2.<sup>13</sup> Nesse mesmo tempo, foi aberta a fábrica de elementos combustíveis para reatores em Ezeiza, que visitamos outra vez, e vendeu-se um reator de pesquisa e uma planta de produção de radioisótopos ao Peru, no que acredito ter sido a primeira exportação de tecnologia nuclear. Outra coisa que surgiu nesse momento em Bariloche e que, hoje em dia, é muito valioso é a Invap SE,<sup>14</sup> e também é interessante que você consulte a respeito dos projetos de enriquecimento de urânio e reprocessamento (entrevista pessoal, junho de 2007).

A enumeração dos distintos empreendimentos que envolvem o desenvolvimento da tecnologia nuclear da citação anterior, fragmento de uma entrevista com uma responsável pela gestão da CNEA, formada em ciências físicas na instituição, nos anos 1970, foi reiterada, de maneira mais ou menos completa, em outros diálogos e entrevistas que se sucederam durante o trabalho de campo.

Uma enumeração de empreendimentos, sempre qualificados como complexos, custosos e relevantes tanto para a instituição como para o país, alinha-se à definição de “destacadíssima gestão” (a de Castro Madero)

como presidente da CNEA, na carta da Associação Argentina de Tecnologia Nuclear que inaugura este artigo. Com base nestes empreendimentos, afirma-se que, durante a ditadura, a CNEA “concretizou boa parte de seus êxitos tecnológicos mais importantes” (Hurtado 2009:2) — afirmação que este historiador complementa com um tipo de hierarquização dos mesmos, na qual o enriquecimento de urânio ocupa um lugar de destaque.

Este tecnologicamente complexo e politicamente sensível procedimento (pode gerar insumos para a confecção de armamento nuclear) foi levado a cabo em uma planta industrial secreta em Pilcaniyeu, no marco de um estrito controle internacional dos conhecimentos e materiais que seu desenvolvimento requeria. Um controle que afetava ainda mais a Argentina, uma vez que ela somava um governo militar à já mencionada negativa em aderir aos tratados de não proliferação nuclear.

Perguntar sobre o desenvolvimento e os resultados de tal projeto, ligados ao contexto específico de sua realização, remete a uma ideia de êxito (efetivamente, se enriqueceu urânio em 1983) que coloca em evidência a busca por autonomia e a geração de competências locais que permitissem avançar em âmbitos do conhecimento, desafiando as limitações impostas pelos países que dominavam e controlavam tais tecnologias. Como afirma um responsável por tal projeto em um documento inédito e de circulação interna que o historiciza, este demonstrou que: “No país, há infraestrutura técnico-científica madura, em quantidade e qualidade suficientes para encarar e levar a bom porto qualquer projeto de desenvolvimento de tecnologia, por mais complicado que seja” (Santos s/d).<sup>15</sup>

O incremento orçamentário da CNEA durante a ditadura que lançou as bases e possibilitou o desenho e a implementação deste empreendimento tecnológico de envergadura, entre outros, detalhado e justificado pelo próprio Castro Madero,<sup>16</sup> é objeto de uma apreciação positiva naturalizada na maior parte dos documentos e dos artigos consultados, bem como nos registros de diálogos e entrevistas analisados. Como se o simples fato de contar com um importante orçamento fosse por si só inquestionavelmente favorável.

Esta apreciação, que além do mais assegura um tipo de continuidade no marco de uma caracterização disruptiva do que ocorria em outras instituições do setor tecnocientífico,<sup>17</sup> associa este incremento do orçamento da CNEA diretamente às possibilidades de expansão das atividades de pesquisa e desenvolvimento e, como corolário, ao próprio avanço das capacidades tecnológicas e industriais do país. Capacidades que, além disso, desta perspectiva, estão ligadas ao alto valor estratégico e simbólico do nuclear nos anos 1960 e 1970, na Argentina e no mundo, como fonte de produção energética e desenvolvimento da economia.

No entanto, este incremento orçamentário também é objeto de outra leitura, ainda que menos acessível, menos potente (Jelin 2002). Uma leitura que questiona não os fundos em si, mas o uso que deles foi feito durante estes anos e os efeitos da mudança de escala orçamentária na instituição. Este questionamento tem como eixo a gestão e os resultados dos projetos de envergadura.

Nesta direção, alguns testemunhos sublinham o hermetismo e a discricionariedade das negociações com os responsáveis da obra e provedores de tais projetos, os cronogramas irrealizáveis (e os custos financeiros da irrealização) e os contratos que superavam as possibilidades de manejo da CNEA. Destacam, além disso, que os gastos realizados tampouco alcançaram os resultados previstos e que boa parte dos projetos lançados nesses anos (com exceção de Embalse e Conuar) permaneceram inconclusos.<sup>18</sup> Desta perspectiva, estes empreendimentos “se converteram em um sumidouro de fundos, que somente serviam para pagar os supostos gastos improdutivos aos grandes contratantes” (Quilici 2008:21-22), garantindo o redirecionamento de contratos de obras públicas para empresas privadas vinculadas ao governo (Benítez & Mónaco 2007). Um mecanismo que beneficiava grandes empresários industriais do complexo econômico estatal privado vinculado à gestão estatal liberal corporativa (Pucciarelli 2004) e funcionais para a estrutura da economia argentina (Hurtado 2009). Em relação à dinâmica institucional, questionam-se os efeitos da mudança de escala de investimento em práticas consolidadas e valorizadas nas primeiras décadas da CNEA.

Os primeiros projetos como aqueles sobre os quais eu te falava, dos quais participei nos anos 1960, foram feitos incitando a participação da indústria local. Eu creio que foi um pouco porque toda a questão de importar era diferente, porém, sobretudo também por questões de ideologia. Os que eram na ocasião responsáveis pelo desenvolvimento nuclear, as autoridades, mas também as pessoas que estavam pensando naquele momento, projetavam o setor para conseguir uma autonomia nacional [...] pensavam-no, como diz Sabato, como indústria que ajudava na industrialização gerando fábricas de insumos e componentes (entrevista pessoal, novembro de 2007).

Contudo, o estímulo à indústria nacional não tinha apenas esses fundamentos, caracterizados como ideológicos por um engenheiro aposentado (ativo durante a reativação da construção da Central Nuclear Atucha 2, no momento da entrevista), que participou da construção e da implementação de vários dos reatores de pesquisa da CNEA. As dificuldades orçamentárias com as quais se executaram os projetos antes de 1976, restringindo a importação,

também obrigaram a buscar, ou a gerar, provedores locais. Nesse marco, por exemplo, a construção do reator de pesquisa e a produção de radioisótopos RA3, inaugurado em 1967, tiveram 90% de participação da indústria nacional (Briozzo *et al.* 2007). No entanto, o significativo aumento dos fundos recebidos pela CNEA, associado à mencionada política desindustrializante da ditadura, que afetou principalmente a pequena e a média empresas, minando suas possibilidades, habilitou a aquisição no mercado internacional de bens, processos e serviços e gerou transformações nas rotinas.

Você trabalha em um laboratório relativamente pobre e, então, cabe a você resolver um montão de coisas como puder; você vai encontrando novos caminhos, desenhando processos, adaptando as tuas máquinas, buscando soluções [...] Agora, imagina que te dão um montão de grana para comprar onde for o que necessite. De alguma forma, todo esse trabalho, esse conhecimento, você vai perdendo (entrevista pessoal, janeiro de 2009).

Esta caracterização, realizada por um jovem físico que trabalhava em um laboratório da CNEA, tentando me explicar o que ocorreu naqueles anos, ilustra tais transformações, e reafirma paralelamente um dos argumentos reiterados como efeito prejudicial do aumento orçamentário: a perda de capacidades e conhecimentos relativos à busca de opções para se produzirem insumos e as ferramentas para estimular sua produção local. Capacidades e conhecimentos relativos ao *saber fazer* tecnocientífico, mas também à autonomia no funcionamento dos projetos e à busca de recursos e soluções alternativas locais. Outras vozes sublinham também de que maneira a disponibilidade de grandes somas orçamentárias e os projetos custosos de complexa realização desestabilizaram lógicas de trabalho e objetivos estabelecidos nos anos anteriores da instituição.

O que eu não sei é se não foi nesta ocasião que desapareceu o grande objetivo: juntos alcançarmos a autonomia nuclear, juntos termos êxito na obtenção da autonomia do ciclo combustível. Isto passou a ser: uma parte, o projeto de elementos combustíveis, outra parte, o projeto de câmaras quentes, outra parte, reprocessamento, e cada um se autoalimentava desses serviços genéricos e dessas demandas (Lerch 1994:34).

Segundo este engenheiro que atuou na instituição e, em seguida, foi provedor de insumos para seus projetos, na ditadura, a CNEA mudou de rumo. Relegou seu propósito institucional de criar capacidades tecnológicas para incrementar a competitividade industrial para administrar projetos que,

além disso, operavam como unidades diferenciadas, contando inclusive com funcionários que não pertenciam à instituição, cuja planificação não contemplou factibilidades econômicas e cuja execução excedeu as competências da instituição, dificultando a contemplação dos objetivos propostos.

## **Memórias da ditadura 2: de proteção e violência**

O orçamento executado pela CNEA durante a ditadura e os projetos tecnológicos aos quais se consagrou não são os únicos eixos problematizados em relação a seu passado ditatorial. Os materiais analisados também colocam em questão as apreciações relativas às ações repressivas na instituição. Tensões que cruzam lembranças relativas tanto às formas dessa repressão na CNEA como ao cotidiano laboral de seus funcionários nessa época. Um dos focos deste nó de tensões estrutura-se em torno da figura do presidente da CNEA, associada à obediência e à cumplicidade com as Forças Armadas que ele próprio integrava ou a um tipo de sentido de pertencimento a esta instituição tecnocientífica na qual também transcorreu parte de sua carreira.

Quando ocorre o golpe [...] me tiram do Comahue e me tiram do Conicet, e aí então entrei na Invap como um dos primeiros empregados com relação de dependência. Isto teve certo interesse porque, com os meus antecedentes políticos, não iria passar no filtro da SIDE. Houve, então, um acordo entre Varotto (então presidente da Invap SE) e Castro Madero, que eu conhecia de Bariloche, que me admitiam meio "debaixo dos panos", sem cumprir com as inspeções do caso [...] decidimos ficar com a proteção de Castro Madero (entrevista pessoal, fevereiro de 2002).

Assim testemunhava um químico, já formalmente aposentado no momento da entrevista, embora trabalhando na empresa Invap SE (propriedade da CNEA e da Província de Rio Negro), onde ingressou em 1976 após ser demitido de outros organismos públicos de produção tecnocientífica. Um profissional que atuou no país, na CNEA e em outros organismos e que também lecionou em universidades estrangeiras (em algumas ocasiões, afastando-se da Argentina, em golpes de Estado anteriores).

A intervenção militar na Universidade de Comahue e no Conicet, onde trabalhava antes de 24 de março de 1976, devolveu-o à CNEA conduzida por Castro Madero. Uma CNEA que singulariza neste relato, de modo análogo a outros materiais analisados, os efeitos da violência de Estado a partir de

dois argumentos: a *proteção* e, vinculado ao anterior, o desenvolvimento profissional na instituição, para além do posicionamento político e ideológico do trabalhador.

Numerosos testemunhos afirmam que a CNEA protegeu seus funcionários, inclusive aqueles que haviam explicitado posições contra as intervenções militares ou tinham algum tipo de ativismo político sindical. Esta proteção se traduziu tanto na manutenção de postos de trabalho como abrigo para aqueles que, como este entrevistado, haviam sido despedidos de outros organismos com características similares. Em síntese, estes testemunhos destacam que, enquanto em outras instituições se expulsava, se fazia desaparecer ou se obrigava ao exílio numerosos trabalhadores,<sup>19</sup> Castro Madero garantiu a continuidade de parte de seu pessoal, apesar de suas posições políticas, ideológicas ou ativismos prévios. No entanto, o pessoal da CNEA, beneficiado por este tipo de proteção, via alterados alguns aspectos em relação às suas rotinas de trabalho.

Não ocorreu o que ocorreu nas outras universidades do país no sentido de que não houve ocupação militar. Houve, sim, claramente gerentes colocados pelo presidente da CNEA que, nessa época era um oficial da Marinha, Castro Madero que, apesar de ser militar e apesar de ser responsável por muitas das coisas que se passaram, nem que seja por omissão, era um cara que, acredito eu, estava imbuído da importância deste lugar e da ciência de excelência [...] e como havia sido recebido aqui (pelo Instituto Balseiro, centro de formação dependente da CNEA e da Universidade Nacional de Cuyo), acredito que, diante de tudo o que ocorria, o instituto foi bastante protegido. De todo modo, o que eu me lembro é que houve listas negras em todo o país e que chegavam ordens que diziam que muita gente tinha que ser demitida [...] e o que se pactuou com a autoridade era que não se iria demitir[...] mas era melhor que nem se falasse sobre eles [...] Não é que a comunidade os protegesse especialmente [...] creio que eles se sentiram bastante mal. E depois sei de egressos daqui que desapareceram ou morreram em situações de violência, mas estavam fora, já tinham ido embora. Sim, eu creio que, em termos institucionais, foi uma época em que estiveram muito protegidos [...] Castro Madero era interlocutor direto, ou seja, eu creio que era uma época de proteção enquanto em todo o país se estava sendo agredido (entrevista pessoal, janeiro de 2002).

As palavras deste pesquisador destacam a proteção, mas paralelamente abordam aquilo que significava ser protegido e suas consequências para as condições de trabalho. Seu testemunho refere-se a uma permanência silenciada que ele não experimentou de modo direto e pessoal (ingressou

na CNEA para formar-se como físico logo no início da democracia), mas da qual foi testemunha.<sup>20</sup> Uma permanência que, como me contava em um diálogo informal que tive em maio de 2013, uma protegida daquela época limitava com o veto de certos nomes o crescimento profissional (viagens, progressões funcionais, financiamentos etc.). Outra situação que se repetiu durante esse período foi o deslocamento de autoridades de institutos, linhas de pesquisa ou laboratórios. Os substitutos, às vezes com formação militar, se dispunham em função de conexões pessoais e não por méritos derivados de carreiras acadêmicas reconhecidas.

Contudo, o testemunho anterior, enquanto relativiza o valor positivo da proteção, detalhando as condições de trabalho dos afetados, situa a violência fora dos limites institucionais. "Alguns mortos ou desaparecidos haviam passado por ali, mas já não faziam parte", afirma ele em referência ao centro de pesquisa no qual atua.

Este argumento, juntamente com outro de ordem quase quantitativa (houve poucos mortos e desaparecidos na CNEA), centra-se na proteção de Castro Madero, oficial da Marinha, mas também físico nuclear. "Não podemos dizer que fosse um sujeito mau, tinha ideia do nuclear, além disso era militar, egresso nosso", são algumas frases registradas em diálogos de campo com interlocutores que, ressaltando seu pertencimento ao CNEA, explicam esse papel. A ideia de que houve proteção na CNEA durante a ditadura, uma proteção condensada em Castro Madero e em seu duplo pertencimento (sentimento de comunidade desdobrado entre as Forças Armadas e a CNEA), é reiterada em boa parte dos materiais analisados. Ela explica porque alguns pesquisadores e técnicos suscetíveis de ser — por ideologia e militância — vítimas da repressão, sobreviveram dentro das margens da instituição. Também se estabelece nela a possibilidade de uma continuidade institucional e, em particular, de alguns de seus projetos em curso. Mas a leitura da proteção igualmente apresenta outros matizes.

Tiveram sorte. O que ocorreu é que foram parar todos eles em um barco próximo ao porto, nos primeiros dias e, em seguida, na prisão de Devoto, mas não receberam mais do que alguns socos. E outros tiveram azar, tendo em vista o que se passava nessa época [...] O fato é que este grupinho tinha bons contatos com a Itália [...] quando os colocaram em liberdade, imediatamente lhes ofereceram contratos por lá. Eu havia estado trabalhando inclusive politicamente com eles e tecnicamente na questão do reprocessamento. Quando soube que tinham ido, contactei-os e me chamaram e me deram um contrato e assim passamos seis anos por lá (entrevista pessoal, agosto de 2005).

Este fragmento de entrevista, realizada com um químico aposentado da CNEA, faz referência ao sequestro e à detenção de alguns membros do grupo de reprocessamento de plutônio, primeiro em um barco e, em seguida, já à disposição do Poder Executivo Nacional.<sup>21</sup> “Tiveram sorte”, disse o entrevistado, sobreviveram e puderam exilar-se. E essa sorte, segundo este interlocutor, se deveu à intervenção de Castro Madero.<sup>22</sup> Contudo, aqueles que foram sequestrados e suas famílias não caracterizam deste modo a sua experiência. Suas lembranças revivem a incerteza por desconhecerem o paradeiro após os sequestros — tanto entre os familiares como entre os detidos — a falta de respostas das autoridades da CNEA, a angústia da estadia e/ou das visitas ao cárcere, os golpes recebidos e o exílio como obrigação. Assim o descreve um dos sequestrados, em uma nota da imprensa:

Tiraram as minhas roupas em uma das salas de espera para comprovar que eu não estava armado e me deixaram à espera de, disseram, “quem viria me buscar”. Após um tempo que me pareceu interminável, quatro pessoas com trajes civis, mas que por seu comportamento eram evidentemente militares, me algemaram e levaram para um carro estacionado na porta da CNEA. Alguns metros à frente, pela avenida Del Libertador, me golpearam, me encapuzaram e me jogaram no chão do carro; me levaram assim até o que depois descobri ser um barco da Marinha, atracado no porto de Buenos Aires, o Bahia Aguirre [...] O tratamento com golpes, insultos e ameaças durou todo o tempo em que estivemos ali [...] Depois me dei conta, por suas vozes, que ali também se encontravam outros companheiros da CNEA. Nossa detenção durou umas quatro semanas. Fomos transferidos para outro barco por um par de dias e finalmente encarcerados oficialmente, à disposição do Poder Executivo (PEN). Primeiro em Devoto e depois em Sierra Chica. Devo ao violento traslado de Devoto a Sierra Chica os vestígios físicos eternos deste pesadelo: uma fratura em meu pé direito e alguns dentes quebrados. De Serra Chica fui liberado em outubro de 1976 (Testemunho tomado de Arcomano 2012).

Nestes testemunhos, a lembrança da violência de Estado não aparece somente vinculada às trajetórias profissionais — de vida — individuais dos detentos, desaparecidos, exilados da CNEA. Também remete ao impacto na continuidade e no cotidiano de alguns de seus projetos. Assim como surgiram projetos novos, outras linhas de trabalho desapareceram — juntamente com seus responsáveis — ou mudaram de rumo.

Estas transformações na agenda institucional merecem maior atenção e futuros estudos. Contudo, como exemplo, cabe mencionar o projeto de

recuperação de plutônio, do qual haviam participado os detidos do barco, que conseguiram, em 1970, a separação de 450 mg deste material na planta piloto PR1. Um projeto que mudou de escala (sem justificativa tecnológica nem econômica e que não cumpriu os cronogramas, os orçamentos, nem os objetivos propostos, segundo me repetiu em numerosas trocas um de seus integrantes) no marco de um esvaziamento daqueles que o conceberam e com autoridades militares inexperientes na matéria.

O discurso institucional oficial, alinhado com a ideia de proteção, ainda que excedendo o período que abarca o regime militar, destaca a continuidade da CNEA para além das conjunturas socioeconômicas e políticas. Mas tal continuidade (neste caso, também essa proteção) tensiona-se não somente pelo destino de alguns dos empreendimentos tecnocientíficos durante esta etapa, mas também se observando os números da repressão na instituição. Segundo informam os membros da Comissão de Direitos Humanos da CNEA, durante a ditadura houve mais de 25 sequestrados, 15 dos quais continuam desaparecidos, 107 exonerados e 120 demitidos (CDHPCNEA 2006).<sup>23</sup> Contabilizam-se ao menos 370 renúncias, muitas delas devido à perseguição política e ideológica. Mesmo assim houve trabalhadores que, sem renunciar, trabalharam com duplo dossiê<sup>24</sup> (o segundo com informação sobre atividades ou posições políticas) ou ocultos.

Na memória daqueles que se mantiveram em seus cargos entre 1976 e 1983 e que, nesse tempo, desconheciam, como boa parte de seus compatriotas, as implicações sociopolíticas que esses números trazem consigo, repete-se a referência ao cumprimento automático de rotinas. “Quando Ardito desapareceu, no dia seguinte, fomos fazer mansamente o que tínhamos deixado no dia anterior”, afirma um pesquisador da CNEA, citado em Hurtado (2009).

“Seguimos fazendo nosso trabalho” é uma frase reiterada, às vezes com assombro, outras com resignação, em diálogos informais e entrevistas. Mas tal cumprimento automático, que de algum modo poderia justificar a manutenção das tarefas cotidianas, também é interpretado, no presente, como menos ligado à continuidade institucional do que à incerteza que gerava a presença militar e dos serviços de inteligência em institutos, laboratórios e salas de aula.

“Sendo que a Comissão dependia da Marinha, sabíamos que havia gente dos serviços, mas não sabíamos quem eram, nem onde estavam”, conta outro pesquisador (Arcomano 2012). Uma incerteza em relação tanto ao que acontecia em termos de violência de Estado como a situações mais concretas, como o paradeiro dos colegas que, de um dia para o outro e sem avisar, tinham deixado de comparecer a seus trabalhos.

## Palavras finais

As inscrições subjetivas da experiência nunca são reflexos especulares dos acontecimentos públicos, motivo pelo qual não podemos esperar encontrar uma integração ou ajuste entre memórias individuais e memórias públicas ou a presença de uma memória única. Há contradições, tensões, silêncios, conflitos, ecos, disjunções, assim como lugares de encontro e ainda integração. A realidade social é complexa, contraditória, cheia de tensões e conflitos. A memória não é uma exceção (Jelin 2002:37).

O destino das instituições dedicadas à produção de ciência e tecnologia argentinas entre 1976 e 1983 tem sido escassamente explorado. Historiadores, sociólogos, economistas e antropólogos continuam estudando processos, os atores e os efeitos 30 anos após a redemocratização na Argentina.

A uma agenda de trabalho metodologicamente heterogênea, este trabalho procurou contribuir com uma aproximação a partir das memórias, a fim de explorar, para além das lembranças (e das experiências, dos processos e marcos contextuais aos quais estas remetem), as contradições entre interpretações e valorações mais ou menos confrontadas de maneira nativa e nem sempre evidentes para o analista.

No começo do texto, mencionei as duas tensões que o originaram. A primeira situa-se entre aquilo que boa parte de meus interlocutores de campo me contavam sobre a instituição na ditadura e que aparecia ao ressaltar outros materiais (documentos institucionais, textos históricos ou de historiadores da casa) e meus próprios pressupostos e expectativas. Uma tensão, assim, entre uma interpretação consensual, de matiz positivo do período ditatorial na instituição (continuidade, maior orçamento, proteção, êxitos tecnológicos relevantes) e a literatura acadêmica — bem como a leitura dominante — desse período.

A segunda tensão, derivada do episódio narrado na introdução deste artigo, tem como eixo as múltiplas argumentações e valorações que se cruzam ou se contradizem em referência ao passado nesse marco institucional específico. No entanto, este episódio não somente habilitou a exploração de algumas experiências, processos, marcos contextuais e tramas narrativas relativas ao ocorrido na instituição durante a ditadura, tomando a memória como entrada analítica, como também abriu um leque de perguntas acerca da própria memória, das memórias, melhor dizendo, relativas a este fragmento histórico específico na instituição, mas também fora dela.

Efetivamente, não existe uma memória única sobre a ditadura na CNEA, mas esta é conformada por múltiplas memórias, algumas mais potentes que

outras, que coexistem, se superpõem, se complementam ou se tensionam. É assim que, enquanto alguns interlocutores (e documentos) remetem a um aumento orçamentário positivamente avaliado, outros questionam alguns de seus usos e aplicações.

Também são mencionados certos êxitos tecnológicos concretos e as consequências para o país em termos de industrialização e desenvolvimento, ainda que, paralelamente, surjam advertências sobre as limitações desses desenvolvimentos de tecnologia qualificados como êxitos e, inclusive, informações sobre alguns projetos mais silenciados deste relato que não chegaram a bom porto. Por último, a categoria nativa *proteção*, diretamente associada à figura do presidente da instituição nesses anos, se escreve a partir de experiências que incluem desde o fato de se ter trabalhado secretamente em algum âmbito da CNEA entre 1976 e 1983 até a justificativa do exílio próprio ou alheio (sempre, em qualquer caso, a partir da sobrevivência) e, paradoxalmente, também se relativiza em função dos efeitos de tal proteção nessas mesmas experiências.

De todo modo, essas memórias configuram uma arena de ambiguidades e contradições, de zonas cinzentas, que se afastam de ordenamentos e qualificações extremos de outros relatos relativos ao regime ditatorial, nos quais todo o ocorrido é questionado (como no marco da busca da luta por justiça para as vítimas de violações aos direitos humanos), ou se valorado de forma positiva (como quando se revisita esse passado para aplaudir, como afirma Jelin [2002], a suposta ordem e o progresso produzidos pela ditadura).

As memórias sobre esse passado ditatorial, o da CNEA — mas por que não pensar que também o de outros âmbitos institucionais? — explicitam mais tensões que certezas ou, se preferir, questionam suas próprias certezas. Isto exige, conseqüentemente, revisar o olhar, às vezes de caráter moral, sobre esta etapa da história argentina. Os distintos materiais citados ou consultados ao longo dessas páginas matizam papéis e processos, convidando a complexificar a análise das ações, decisões, rotinas e responsabilidades dos diversos atores que atravessaram, de distintos lugares e posições, a última ditadura militar.

E convidam também a complexificar a maneira como tanto estudiosos quanto leigos acedem a eles a partir de documentos e testemunhos de interlocutores que não necessariamente reproduzem um bloco de conhecimento hermético, explicitamente posicionado e fixo sobre o passado, mas sim narrando a partir das trajetórias, das experiências (próprias ou herdadas) valorações, interpretações e marcos de referência que são tão atuais como suas recordações.

Recebido em 12 de maio de 2014

Aprovado em 02 de fevereiro de 2015

Tradução de Roberta Ceva

---

Ana Spivak L'Hoste é pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet), Universidade Nacional de San Martín, Buenos Aires, Argentina. E-mail: <anaspivak17@yahoo.com.ar>

## Notas

\* Agradeço a Mariana Sirimarco, Rosana Guber, aos colegas do seminário da equipe CCTS (Universidade de Maimónides) e do Centro Babini (Unsam) e aos avaliadores anônimos pelos muitos e valiosos comentários que enriqueceram este texto. E a Domi, pelo pontapé para escrevê-lo.

<sup>1</sup> A Galeria dos Presidentes está no hall de acesso aos gabinetes das autoridades. Estas, que não opinaram publicamente sobre a retirada da fotografia, indicaram, dias depois, o deslocamento dos outros retratos dessa galeria para uma sala menos exposta.

<sup>2</sup> Os nomes de meus interlocutores não serão incorporados ao texto para resguardar sua privacidade.

<sup>3</sup> Alguns dos autores que sustentam estes argumentos em textos acadêmicos são Castro Madero (1991), Ciapuscio (1994), Albornoz (1999) e Hurtado (2009).

<sup>4</sup> A ditadura liderada por Juan Carlos Onganía (1966-1970) iniciou um processo de desmantelamento de conteúdos e funcionários da estrutura universitária nacional, simbolizado na chamada "Noche de los Bastones Largos", quando a Policía Federal desalojou, a golpes de cacetete, docentes e estudantes da Universidade de Buenos Aires, provocando a renúncia de centenas de professores em todo o país.

<sup>5</sup> Estes trabalhos retomam, aprofundam ou discutem as propostas já antecipadas nos trabalhos de Maurice Halbwachs de inícios do século XX, deslocadas em seguida, por décadas, da arena de reflexão sobre o passado nos estudos do social e reeditados e consultados de modo mais recente. Propostas que enfatizam o peso dos diferentes pontos de referência, dos marcos sociais que estruturam a nossa memória coletiva, assim como nos processos de negociação entre esta última e as memórias de caráter individual e em sua relação com a história (Halbwachs 2011).

<sup>6</sup> Um reator de pesquisa gera reações nucleares controladas de baixa potência que são utilizadas tanto com fins educativos, de pesquisa, como para a produção de radioisótopos.

<sup>7</sup> O contrato de construção da Siemens promoveu a participação local (obra civil 90% e montagem 50%) e a abertura das “caixas pretas” tecnológicas (Hurtado 2012).

<sup>8</sup> A outra opção de combustível, o urânio enriquecido, criava dependência comercial e tecnológica em relação àqueles países que, naquele momento, dominavam a tecnologia de enriquecimento.

<sup>9</sup> Na tecnologia nuclear combinam-se usos pacíficos e bélicos. Após as explosões atômicas no Japão, tentou-se restringir seu desenvolvimento, estabelecendo tratados internacionais que evitassem a proliferação de material atômico e impedissem a construção de novo armamento nuclear. Nem todos os países aderiram a tais tratados no momento de sua elaboração. A Argentina, por exemplo, argumentando que a adesão impedia o desenvolvimento de tecnologias estratégicas para o crescimento nacional, não assinou e/ou ratificou os tratados até 1992 (Tlatelolco) e 1994 (Tratado de Não Proliferação).

<sup>10</sup> As atividades desenvolvidas durante os distintos períodos de campo etnográfico, formalmente recortadas quando estes implicavam mudanças de cidade, mas contínuas em caso contrário, indistinguíveis por momentos das próprias etapas de análise dos materiais, centraram-se na realização de entrevistas abertas e em profundidade, geralmente focadas na trajetória profissional dos entrevistados (Spivak L'Hoste & Hubert 2012) e a observação participante de situações cotidianas e eventos. As entrevistas foram realizadas com homens e mulheres em atividade e/ou aposentados da CNEA, de distintas idades (entre 40 e 70 anos, aproximadamente), pesquisadores ou técnicos de formação, alguns dos quais desenvolviam, no momento da(s) entrevista(s), atividades de gestão. A estas entrevistas somam-se, além disso, incontáveis conversas informais, cujos registros também se converteram em material de estudo. A busca e o acesso casual a documentos institucionais ou produzidos pelos “historiadores da casa” (Pollak 2006) fizeram também parte desse mesmo processo.

<sup>11</sup> Uma observação sobre a utilização desses materiais. Não foi tarefa simples fazer dialogarem as distintas vozes, algumas mais ouvidas do que outras, algumas apenas perceptíveis, outras que relativizaram, com os anos, suas posturas. Por outro lado, reiterava-se o problema de abordar o passado, a partir desses materiais, em diálogo com o registro histórico, isto é, tentar observar nesses materiais tanto as evocações relativas ao passado como os processos a que se referem. Nesse exercício de pesquisa, vozes e argumentações de *status* diferentes se entremeiam, trazendo leituras sobre uma dinâmica institucional precisa em um recorte temporal e permitindo, através dessas leituras, revisar ao menos alguns dos processos específicos como as experiências a que deram forma.

<sup>12</sup> Embalse, inaugurada em 1983, teve pouco mais de 50% de participação nacional em sua construção (Hurtado 2009).

<sup>13</sup> A licitação para construir Atucha 2 foi aberta em 1979, prevendo a participação nacional na engenharia de abastecimento, montagem e implementação (Quilici 2008). A vencedora foi Siemens KWU. No entanto, as obras foram interrompidas em meados dos anos 80 e recentemente retomadas (em 2006).

<sup>14</sup> Invap SE, empresa criada em 1976, com origem em um laboratório de pesquisas aplicadas da CNEA, é atualmente uma reconhecida provedora de tecnologia nuclear, de satélite e espacial para o mercado local e internacional.

<sup>15</sup> Esta leitura silencia duas críticas, de caráter mais técnico, que outros interlocutores também fazem a este projeto: a falta de projeção de uso (pela quantidade de urânio enriquecido e pela falta de desenvolvimento das tecnologias necessárias para convertê-lo e aplicá-lo como combustível nuclear) e a tecnologia com a qual se desenvolveu, hoje praticamente abandonada.

<sup>16</sup> Castro Madero estimava, em um texto de 1976, que o montante global desse orçamento até 1995 seria de 5,5 milhões de dólares, 3,5 milhões dos quais seriam insumos nacionais oriundos do Tesouro Nacional (Hurtado 2009:31).

<sup>17</sup> Tanto os “historiadores da casa” como aqueles que analisam a história da CNEA da academia referem-se a uma continuidade que caracterizam como excepcional em relação ao que acontecia em outras instituições do setor tecnocientífico. O interessante desta caracterização, que excede a temática deste trabalho, é que essa continuidade se afirma apesar de a CNEA também ter sido afetada por processos que, em outros organismos, são considerados disruptivos (imposição de suas autoridades pela junta militar, perseguição política a alguns trabalhadores, demissão de funcionários, desaparecimentos e arquivamento de boa parte dos projetos).

<sup>18</sup> Outros, como a Planta de Água Pesada, inaugurada, foram terminados já com a democracia avançada, com um custo superior ao estimado: os mortos da ditadura, como os denomina um entrevistado.

<sup>19</sup> As estatísticas em torno do número de trabalhadores do setor científico e tecnológico e da educação superior que perderam seus postos, se exilaram ou desapareceram são fragmentárias, incompletas e em processo de elaboração. Universidades e instituições de pesquisa e desenvolvimento continuam elaborando listagens que se somam aos esforços de alguns pesquisadores que analisaram e analisam esse período (Perez Lindo 1985; Kaufmann 2003; Hurtado 2009; Bekerman 2011; Gargano 2013).

<sup>20</sup> O entrevistado tem familiares diretos que trabalharam na CNEA com este tipo de proteção durante os anos da ditadura.

<sup>21</sup> Este químico entrevistado estava envolvido, como boa parte dos membros do projeto de reprocessamento de plutônio, com um grupo de discussões de ordem tecnopolítica, centrado no papel do desenvolvimento nuclear para o país. Não foi detido, mas afetado pela lei de prescindibilidade, ou seja, demitido e intimado a um exílio que durou até o início da democracia.

<sup>22</sup> Em geral, os distintos testemunhos (entre eles, de vítimas deste episódio de privação da liberdade em forma de sequestro e das torturas físicas que a acompanharam primeiro no barco e, em seguida, nas distintas prisões para as quais foram transferidos os sequestrados antes de serem postos à disposição do Poder Executivo Nacional) lembram que Castro Madero influenciou na liberação. No entanto, também destacam o papel que teve a pressão internacional e a própria convivência da autoridade máxima da CNEA nesse processo.

<sup>23</sup> Estes números foram obtidos a partir da declaração realizada pela Comissão de Direitos Humanos dos Funcionários da CNEA em conjunto com a Associação de Profissionais e a Associação de Trabalhadores do Estado em tal instituição, lida no ato realizado em 22 de março de 2006, na Sede Central da CNEA. Esta comissão foi criada nos primeiros meses da democracia (abril de 1984) como um âmbito para o qual alguns trabalhadores da CNEA (em sua maioria físicos e com experiências de militância e participação) convergiram em função das ações na Justiça para as vítimas da violência estatal na instituição (Fernández Larcher 2013).

<sup>24</sup> No original, "doble legajo". Refere-se à existência de um segundo documento relativo à trajetória dos trabalhadores, com dados sobre suas posições ideológicas e político-partidárias.

## Referências bibliográficas

- ALBORNOZ, Mario. 1999. *Política científica*. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes.
- ALCAÑIZ, Isabel. 2005. "Cincuenta años de política nuclear en la Argentina". *Ciencia Hoy*, 15(88):20-25.
- APPADURAI, Arjun. 1981. "The past as a scarce resource". *Man*, 16:201-219.
- ARCOMANO, Raúl. 2012. "Los desaparecidos de CNEA". *Miradas al sur*, año 5, ed. 219, <http://colectivoeprosario.blogspot.com.ar/2012/07/los-desaparecidos-del-cna.html>. Acesso em 21 de novembro de 2013.
- BEKERMAN, Fabiana. 2011. "La expansión de las research capacities en tiempos de dictadura: la política de creación de institutos en el CONICET y su impacto en la estructura del sistema científico argentino (1974-1983)". *Estudios*, 25:121-140.
- BENITEZ, Diego & MONACO, César. 2007. "La dictadura militar, 1976-1983". In: G. Kessler & M. Luzzi (orgs.), *Problemas socioeconómicos contemporáneos*. Los Polvorines: Editorial de la Universidad Nacional de General Sarmiento. pp. 1-24.
- BRIOZZO, Federico; SBAFFONI, Mónica; HARRIAGU, Santiago & QUILICI, Domingo. 2007. "A 40 años de la inauguración del RA-3: anécdotas, historias y algunas enseñanzas". *Revista de CNEA*, 7(27-28):30-37.
- CASTRO MADERO, Carlos & TAKACS, Esteban. 1991. *Política nuclear argentina ¿Avance o retroceso?* Buenos Aires: El Ateneo.

- CIAPUSCIO, Héctor. 1994. "Sabato y la tecnología". In: H. Ciapuscio (org.), *Repensando la política tecnológica. Homenaje a Sabato*. Buenos Aires: Nueva Visión. pp. 11-76.
- CONNERTON, Paul. 1989. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FERNÁNDEZ LARCHER, Ana. 2013. "Análisis etnográfico de las experiencias políticas del personal de la CNEA entre 1973 y 2013: una reflexión sobre los usos del método comparativo en Antropología". *VII Jornadas Santiago Wallace de Investigación en Antropología Social*, Universidad de Buenos Aires, 27-29 de noviembre de 2013. Mimeo.
- GARGANO, Cecilia. 2013. "Ciencia y dictadura: producción pública y apropiación privada de conocimiento científico-tecnológico. Dinámicas de cooptación y transferencia en el ámbito del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) durante la última dictadura cívico-militar argentina (1976-1983)". *Crítica y Emancipación*, 5(10):135-174.
- HALBWACHS, Maurice. 2011. *La memoria colectiva*. Buenos Aires: Miño Dávila.
- HURTADO, Diego. 2009. "Periferia y fronteras tecnológicas. Energía nuclear y dictadura militar en la Argentina (1976-1983)". *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 5(13):1-33.
- . 2012. "Cultura tecnológico-política sectorial en contexto semiperiférico: el desarrollo nuclear en la Argentina (1945-1994)". *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 7(21):163-192.
- . 2013. "La construcción de Argentina como país proliferador". *Voces en el Fenix*, 24:116-125.
- HYMANS, Jacques. 2001. "Of Gauchos and gringos: why Argentina never wanted the bomb, and why America thought it did". *Security Studies*, 10(3):153-85.
- JELIN, Elizabeth. 2002. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI.
- KANSTEINER, Wulf. 2002. "Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory". *Studies History and Theory*, 41(2):179-197.
- KAUFMANN, Carolina. 2003. *Dictadura y educación*. Tomo 2. Buenos Aires: Mino y Davila.
- LERCH, Carlos. 1994. "Investigación científica y desarrollo tecnológico. Extensión y servicios". *Actas del Seminario Análisis de Instituciones Científicas y Tecnológicas. La Comisión Nacional de Energía atómica*. Buenos Aires, 8 e 9 de dezembro. Mimeo.
- MARCUS, George. 1995. "Ethnography in/ of the world system: the emergence of multisited ethnography". *Annual Review of Anthropology*, 24:95-117.
- NORA, Pierre. 1984. *Les lieux de mémoire*. Tomo I: *La republique*. Paris: Gallimard.
- OLICK, Jeffrey & ROBBINS, Joyce. 1998. "Social memory studies: from 'collective memory' to the historical sociology of mnemonic practices". *Annual Review of Sociology*, 24:105-140.
- OTEIZA, Enrique. 1992. *La política de investigación científica y tecnológica argentina. Historia y perspectivas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- PALERMO, Vicente & NOVARO, Marcos. 2003. *La dictadura militar (1976-1983)*. Buenos Aires: Paidós.
- PEREZ LINDO, Augusto. 1985. *Universidad, política y sociedad*. Buenos Aires: Eudeba.
- POLLAK, Michael. 2006. *Memoria, olvido y silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite*. La Plata: Al Margen.
- PUCCIARELLI, Alfredo. 2004. "La patria contratista: el nuevo discurso liberal de la dictadura encubre una vieja práctica corporativa". In: A. Pucciarelli (org.),

- Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura.* Buenos Aires: Siglo XXI. pp. 99-171.
- QUILICI, Domingo. 2008. "Desarrollo de proveedores para la industria nuclear argentina. Visión desde las Centrales Nucleares". *H-industria. Revista de Historia de la Industria Argentina y Latinoamericana*, año 2(2):1-24.
- SABATO, Jorge. 1970. "Para el prontuario del Plan Nuclear Argentino". *Ciencia Nueva*, 1(1):32-46.
- SANTOS, Eduardo. s/d. "El diablo de Maxwell". Bariloche. Mimeo.
- SCHVARZER, Jorge. 1983. "Cambios en el liderazgo industrial argentino en el período de Martínez de Hoz". *Desarrollo Económico*, 23(91):395-422.
- SPIVAK LHOSTE, Ana. 2010. *El Balseiro. Memoria y emotividad en una institución científica argentina*. La Plata: Al Margen.
- ; HUBERT, Matthieu. 2012 "Mobilité scientifique et réflexivité des chercheurs Comment les déplacements façonnent des modes de production de connaissances". *Revue d'Anthropologie des Connaissances*, 6(2):113-136.
- TONKIN, Elizabeth. 1992. *Narrating our pasts. The social construction of oral history*. Cambridge: Cambridge University Press.

## Resumo

As profundas e frequentes revisões históricas em torno da última ditadura argentina coincidem amplamente em apontar os efeitos políticos negativos e as funestas consequências econômicas e sociais do regime militar. Há poucas opiniões positivas a respeito desse período. É o caso, por exemplo, das vozes que reivindicam decisões, conjunturas e processos ligados à Comissão Nacional de Energia Atômica e à política nuclear daqueles anos. Outras vozes, por sua vez, evidenciam tensões interpretativas em torno do acontecido entre 1976 e 1983 nessa instituição tecnocientífica, explicitando o caráter aberto da história da Comissão. Tensões que provocam uma análise cujo foco são as memórias da ditadura; principalmente as memórias sobre decisões tecnológicas associadas ao desenvolvimento nuclear, ao uso dos orçamentos públicos por parte da instituição e aos efeitos da violência do Estado. Este trabalho visa apresentar tal análise, mostrando as contradições e as complexidades das diversas leituras possíveis sobre a política institucional durante o regime militar.

**Palavras-chave** Argentina, Ditadura, Memória, Desenvolvimento nuclear, CNEA.

## Abstract

The historical analysis of the last Argentine dictatorship reflects an agreement about the negative effects (political, economic and social) of the regime. There are few positive appreciations of that period. This is the case, however, with some voices linked to the National Atomic Energy Commission, which emphasise certain decisions, circumstances and processes regarding the nuclear policy of those years. However, that is not the only way to remember what happened between 1976 and 1983 in this techno-scientific institution. Other voices evince interpretative tensions surrounding this period, making explicit the open-ended nature of this institution's history. These tensions invite analysis focusing on memories of the dictatorship, particularly memories of some technological decisions on nuclear development, the uses of public funds that was made by the institution during that period and the effects of military violence upon it.

**Key words** Argentina, Dictatorship, Memory, Nuclear development, CNEA.